

Dispõe Sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1994-1997 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ DECRETA E EU SANCIONO E PROMULGO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 1994-1997, nos termos do Art. 144, Item I e do Art. 145 da Lei Orgânica do Município de Maracanaú, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública municipal, abrangendo as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas aos programas de duração continuada.

Parágrafo Único - As diretrizes, os objetivos e as metas são especificados nos Anexos desta Lei, observada a seguinte estruturação:

- a) - Anexo I - DIRETRIZES, OBJETIVOS E METAS
- b) - Anexo II - QUADROS DE DESPESAS

Art. 2º - Os valores financeiros contidos nos Anexos I e II, desta Lei, são orçados a preços de maio de 1993.

Parágrafo Único - Os valores a que se refere o presente artigo, poderão ser corrigidos, em conformidade com critérios de indexação estabelecidos nas Leis de Diretrizes Orçamentárias, para os exercícios correspondentes aos anos de 1994 a 1997.


Art. 3º - O Plano Plurianual poderá sofrer revisões, submetidas à aprovação da Câmara Municipal, tendo em vista o seu ajustamento:

- I - às alterações emergentes ocorridas no contexto sócio-econômico e financeiro;
- II - Ao processo gradual de reestruturação do gasto público do Município.

Art. 4º - Durante a vigência do Plano Plurianual, para o quadriênio 1994-1997, as Leis de Diretrizes Orçamentárias Anuais, assim como os planos e programas setoriais que vierem a ser executados pela municipalidade, deverão guardar coerência com as diretrizes, objetivos e metas constantes do Anexo I, desta Lei, ressalvadas as alterações previstas no Art. 3º.

Art. 5º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a alterar, em termos reais, os quantitativos financeiros anuais, indicados nesta Lei, até o limite de 40% (quarenta por cento), por subprograma, para efeito de elaboração das propostas de Lei Orçamentária.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.



A decisão da Assembléia Constituinte, que elaborou a Carta Magna de 1988, em fortalecer o papel dos municípios, ao nível da federação brasileira, objetivamente implicaria na necessidade de elevar a importância do planejamento, na definição de instrumentos que agilizassem a administração municipal e promovessem a participação das comunidades na sua definição e execução.

É inquestionável que a Constituição de 1988 assegurou aos municípios uma participação maior na repartição do bolo das receitas nacionais, contudo, a descentralização das obrigações determina a que as unidades municipais adaptem-se às novas condições, realizando um planejamento científico e gerencial de sua programação e adequem suas estruturas para a execução de seus objetivos.

Nesse sentido, o Plano Plurianual representa o instrumento mais preciso na indicação do modelo de administração a ser realizado, de conformidade com as diretrizes definidas pela administração e as estratégias que viabilizem a consecução dos projetos.

As diretrizes, onde a municipalidade definiu a sua concepção filosófica de gerir a coisa pública, são as seguintes:

Prioridade para População Carente

O combate à miséria é a primeira entre todas as metas desta administração. Cabe, porém, estabelecer como princípio de trabalho que:

- . qualquer ação deve caracterizar-se como ato de respeito ao direito do cidadão e dever da Prefeitura;
- . sempre há de se buscarem soluções através da oportunidade de trabalho e da geração de renda familiar;
- . o atendimento terá caráter universal e obedecerá a critérios prévios e publicamente debatidos.

Geração de Emprego e Renda

A crise econômica e o avanço da miséria estão a exigir que o Executivo Municipal assuma a liderança na tarefa de gerar oportunidades de trabalho e elevação da renda familiar.

Tal imperativo não deve colidir com a obrigação de manter o tamanho do quadro institucional rigorosamente dentro dos limites indispensáveis ao seu bom desempenho. Urge, contudo, que essa diretriz atrevesse todos os setores da Prefeitura e se manifeste na preparação de mão-de-obra, financiamento de atividades e na atração e apoio à ampliação (ou manutenção) de negócios da iniciativa privada, com ênfase para aqueles mais absorvedores de mão-de-obra.

Estrutura Espacial

A ocupação e o uso do solo no território do Município, seja por iniciativa de entidades oficiais - inclusive da Prefeitura de Maracanaú - ou de particulares, devem ser direcionados para:

- . corrigir as distorções causadas pela implantação de Conjuntos Habitacionais, Distrito Industrial e Ceasa, definidos a partir da Capital, sem um planejamento integrado, permanecendo, até hoje, justapostos e desconexos, com graves prejuízos para as pessoas e para a economia local;
- . compor o Plano Diretor do Município, que há de viabilizar a Estruturação Espacial das funções urbanas (moradia, trabalho, comércio, lazer). Deste modo, haverá redução de custos públicos e privados, respeito ao patrimônio natural e garantia de bem-estar coletivo.

Gestão Democrática

A modernidade política, expressa pela consolidação da democracia e pelo avanço da cidadania, requer, cada dia mais, a participação da sociedade civil, notadamente dos segmentos organizados, na Administração Pública.

Tal prática tem trazido compensadores resultados, revelados pelo respaldo político e pela viabilidade, até financeira, de iniciativas públicas e privadas.

Cumpra aos setores do Executivo Municipal, o interesse por uma gestão democrática, pluralista e materializada pelo funcionamento de colegiados setoriais ou regionais, e pelos trabalhos em parceria com organizações não governamentais (religiosas, empresariais, sindicais, comunitárias).

Afirmação da Identidade Municipal

Em sua maior parcela, a população ora residente em Maracanaú chegou da Capital na década passada, procurando resolver seu problema de moradia, nos vários conjuntos habitacionais aqui construídos.

Passados alguns anos, a maioria das pessoas ainda mantêm fortes vínculos com Fortaleza, onde estudam, trabalham, compram, vendem, votam e se divertem.

Na própria CEASA e, principalmente do Distrito Industrial, os negócios são tocados à distancia da vida municipal. No escalão superior das empresas, Maracanaú representa apenas o local de trabalho, onde não compensa aplicar os resultados dos negócios em atividades paralelas, face a concorrência da Capital.

Na atualidade, a preferência pelas capitais como residência deçlina, e cresce a procura por cidades médias, com boa base econômica, principalmente as mais próximas da Capital.

É bem o caso de Maracanaú. São mais de 150 mil habitantes, formando o 2º Município cearense, colocado entre os 200 primeiros do Brasil. Detêm, o maior entreposto hortifrutigranjeiro do Estado, e contribui significativamente para o PIB cearense no maior parque industrial do Ceará.

Todavia, forma com Fortaleza uma mancha urbana contínua, contribuindo decisivamente para manter uma extraordinária dependência.

É decisão política, portanto, priorizar o trabalho de afirmação da identidade de Maracanaú, como indispensável suporte ao Plano Plurianual, que representa a deflagração de um amplo programa de desenvolvimento, voltado para dar vida própria ao Município.

Para que as estratégias sejam efetivadas, no período do Plano Plurianual, a Prefeitura concebeu as estratégias que serão empregadas pela municipalidade, como a seguir explicitadas:

Planejamento Gerencial

A introdução do Planejamento Gerencial em Maracanaú deve marcar o início de um novo tempo no estilo de administrar a coisa pública.

Tal iniciativa, possibilitará o aproveitamento racional dos recursos financeiros, humanos e materiais, facilitando a austeridade, agilidade e eficácia da administração.

Deverá desenvolver-se em três etapas:

a) Concepção - principia com a aprovação legislativa e publicação deste Plano Plurianual, e se desdobra em Programas e Projetos específicos setoriais que terão, sempre, o Plano como referência;



b) Acompanhamento - é uma ação permanente, a ser efetivada por cada setor, na busca para alcançar as metas definidas;

c) Avaliação - será realizada trimestralmente, em encontro envolvendo todos os setores da administração, para celebrar conquistas, corrigir rumos e preparar avanços.

Modernização Administrativa

É tarefa comum a todas as Secretarias e deve se manifestar através da:

. natureza progressista das propostas de trabalho;

. agilidade no desempenho;

. qualidade dos produtos da ação municipal;

. conquista do respeito e da credibilidade pública.

Para o desenvolvimento desta estratégia cabe:

. implantar adequada Política de Recursos Humanos que busque a profissionalização do servidor;

. imprimir uma linha de probidade inquestionável;

. dotar a administração dos meios necessários e continuamente atualizados;

. exercitar com eficiência a comunicação social para os públicos externo e interno.

Integração Interinstitucional

O sucesso da administração municipal, em boa medida, depende do apoio das esferas superiores de governo e na articulação com o Legislativo local.

Para obtenção dos melhores resultados, cuidará a administração da presteza e qualidade na elaboração das propostas do Executivo Municipal. Para acrescer ainda mais as chances de êxito, no caso de implantação de Projetos, deve ser prevista a contrapartida da comunidade e do setor privado.

Intercâmbio

A absorção de práticas inovadoras vantajosas, ou de outras experiências vitoriosas, deve ser objeto de busca permanente. Assim, convém ser estimulado o intercâmbio em todos os níveis estadual, nacional e, até internacional.

A adequação à realidade atual desejada de Maracanaú e a compatibilização com as possibilidades do erário municipal devem orientar as ações neste campo.

A elaboração do Plano buscou assimilar todas as contribuições dos diversos segmentos da sociedade maracanaense, a legislação municipal e o levantamento dos problemas e carências da população.

Em síntese, o Plano representa a base fundamental para o aprimoramento das ações de governo, buscando:

1. apresentar os programas e projetos, segundo as áreas territoriais a serem beneficiadas;



2. servir de referência a todas as ações desenvolvidas pela Prefeitura no período de 1994-1997;

3. ser operacionalizado por Planos Anuais com a explicitação dos meios e recursos necessários à execução de cada programa;

4. orientar a elaboração dos orçamentos anuais na definição das dotações para cada exercício;

5. instrumentalizar o acompanhamento das ações, permitindo analisar o desempenho da administração, com a identificação dos desvios e a proposta de como corrigi-los.

O Plano Plurianual foi composto com uma visão introdutória relativa à concepção do governo e, o comportamento recente das finanças municipais sendo a seguir apresentadas as diretrizes, objetivos e metas do ponto de vista setorial.

Finalmente, o Plano dispõe os quadros referentes às despesas a serem realizadas no período, detalhando-as segundo os subprogramas, na perspectiva da correspondência com os padrões de elaboração dos orçamentos.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

Em consequência do crescimento da receita determinado pelas transferências as despesas municipais puderam também liberar o seu estrangulamento e as Prefeituras tiveram maior capacidade de cumprir a prestação dos serviços públicos necessários ao melhor funcionamento da máquina governamental no atendimento às necessidades das pessoas.

De uma despesa de CR\$ 27,7 milhões de cruzeiros reais, em 1988, a Prefeitura passou a correspondente a CR\$ 106,0 milhões de cruzeiros reais em 1992, o que significa um crescimento da ordem de 3,8, ou seja, 220% de aumento em apenas um ano.

Com a elevação da receita nos anos posteriores, a despesa também aumentou-se em patamar semelhante chegando ao ano de 1992 com uma aplicação de recursos da ordem de CR\$ 89,2 milhões de cruzeiros reais, ou seja, um crescimento de 150% em quatro anos de vinculação.

Merece registro a alteração que se vem verificando na relação entre despesas correntes e despesas de capital que apresenta um índice de praticamente 100%, em 1988, e que nos diversos anos do período demonstra índices mais expressivos dos gastos de capital.

Comparando-se as receitas e despesas ocorridas nos anos de 1988 a 1992 observa-se que, efetivamente, os municípios brasileiros têm mais dificuldades em financiar o funcionamento do aparelho governamental.

Com efeito, com exceção do ano 1991, que apresentou um superávit da ordem de CR\$ 3,4 milhões de cruzeiros reais, em todos os demais anos a Prefeitura trabalhou com um orçamento deficitário, residente, portanto, para garantir a execução dos planos de trabalho estabelecidos pelos dirigentes.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS

Com o advento da Carta Magna de 1988, os municípios brasileiros tiveram a abertura de possibilidade de expansão de receitas, notadamente, com o aumento dos percentuais de transferências da União para as esferas de governo inferiores.

Em função da data de promulgação da Constituição Brasileira e das inovações tributárias e de distribuição das receitas nacionais, foi analisado o período iniciado em 1988, quando ainda não haviam os efeitos da nova legislação e o seu comportamento posterior quando supostamente as Prefeituras seriam aquinhoadas com injeções substanciais de recursos.

No início do período, em 1988, Maracanaú recebia como transferências da União e do Estado, o equivalente a 89,1% de sua arrecadação.

O ano de 1989 apresentou um incremento da ordem de 3,43 em relação ao ano anterior, com uma elevação de CR\$ 31,1 milhões de cruzeiros reais. Contudo as transferências, mesmo com um aumento significativo foram responsáveis por 79% das entradas financeiras, em razão das aplicações financeiras que garantiram um aumento substancial na receita do Município.

A partir do ano de 1990, verificou-se uma tendência à manutenção de crescimento mais desacelerado da receita, chegando ao final do período com um valor superior a 97% do valor original arrecadado em 1988.

Cabe salientar, contudo, que a relação de dependência do Município com a União e o Estado vem se consolidando, ao ponto de em 1992, as transferências já representarem 92,4% do que arrecada o Município, cuja capacidade tributária está reduzida a 2,1% do total, sem contar que as receitas de capital do ano de 1992, também foram oriundas de transferências o que eleva o percentual para 95,8%.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS

Em consequência do incremento de receita determinado pelas transferências as despesas municipais puderam também, liberar o seu estrangulamento e as Prefeituras tiveram maior capacidade de compra e realização dos serviços públicos necessários ao melhor funcionamento da máquina governamental no atendimento às necessidades das pessoas.

De uma despesa de CR\$ 27,7 milhões de cruzeiros reais, em 1988, a Prefeitura gastou o correspondente a CR\$ 108,0 milhões de cruzeiros reais em 1989, o que significa um incremento da ordem de 3,9, ou seja, 290% de aumento em apenas um ano.

Com a retração da receita nos anos posteriores, a despesa também manteve-se em patamares mais modestos chegando ao ano de 1992 com uma aplicação de recursos da ordem de CR\$ 69,2 milhões de cruzeiros reais, ou seja, um incremento de 150% em quatro anos de arrecadação.

Merece registro a alteração que se vem verificando na relação entre despesas correntes e despesas de capital que revelava um índice de praticamente 100%, em 1988, e que nos diversos anos do período demonstra índices mais expressivos dos gastos de capital.

Comparando-se as receitas e despesas ocorridas nos anos de 1988 a 1992, observa-se que, efetivamente, os municípios brasileiros tem reais dificuldades em financiar o funcionamento do aparelho governamental.

Com efeito, com exceção do ano inicial, que apresentou um superávit da ordem de CR\$ 3,4 milhões de cruzeiros reais, em todos os demais anos, a Prefeitura trabalhou com um orçamento deficitário, insuficiente, portanto, para garantir a execução dos planos de trabalho imaginados pelos dirigentes.

O agravante deste quadro municipal é que, ao longo do tempo, a situação vem gradativamente piorando. Em 1988, a arrecadação de Maracanaú era suficiente para cobrir seus gastos e ainda sobrava 12% para o ano seguinte. A partir daí, tivemos o seguinte comportamento: em 1989, a despesa foi superior em 0,01% da receita. No ano seguinte, este percentual passou a 0,02%, chegando a 13%, em 1991 e a 27%, no final do período.

Mantida esta tendência pode-se imaginar uma redução profunda na capacidade de intervenção do poder de transformação da realidade municipal. Contudo, compete a administração convocar a sociedade, rever os seus processos de aplicação de recursos, maximizando-os, cobrando da sociedade o compromisso com o futuro do Município e com o bem estar das novas gerações.

Deste modo, a administração identifica-se com a comunidade não por ser o implacável arrecadador do dinheiro público, mas o catalizador das criatividade e das potencialidades dos grupos e dos indivíduos, multiplicando cada dinheiro recebido, com aplicações programadas e discutidas socialmente, em função do interesse geral da coletividade maracanaense.

CÂMARA MUNICIPAL

O papel a ser desempenhado pela Câmara Municipal é de fundamental importância para a consecução dos objetivos de governo para o período, iniciando com a aprovação do Plano Plurianual, acompanhando a sua execução e, ao longo do tempo, discutindo e aprovando os documentos complementares e operativos, expressos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nos Orçamentos Anuais.

Para tanto, a Câmara Municipal deve aparelhar-se adequadamente para atuar de forma dinâmica e moderna, promovendo a participação de cada vereador, em condições dignas de conforto e de realização de trabalhos.

DIRETRIZES

- . dinamização da função legislativa visando uma integração mais direta com a comunidade;
- . criação de processos e mecanismos que garantam à Câmara o acompanhamento das ações do governo.
- . criação de canais de comunicação entre os poderes Legislativo e Executivo.

OBJETIVOS E METAS

- . melhorar as condições físicas do prédio da Câmara;
- . aparelhar e mobiliar a Câmara, para melhorar seu funcionamento;
- . informatizar os processos legislativos, com sistema integrado à Prefeitura de Maracanaú;
- . realizar treinamentos e seminários para qualificação do pessoal da área legislativa.



GABINETE DO PREFEITO

A intermediação entre a Prefeitura e a comunidade requer o funcionamento ágil de um Gabinete que sirva para orientar as ações de governo, no sentido de estimular a participação da comunidade e na identificação e solução de problemas.

O gabinete do Prefeito se constitui, portanto, num dos principais veículos de encaminhamento dos anseios da comunidade, registrando os pleitos e promovendo mecanismos de articulação com o Chefe do Poder Executivo.

DIRETRIZES

. estímulo à consciência comunitária, incentivando a participação de grupos sociais organizados, de modo a garantir a identificação de verdadeiros líderes da comunidade;

. promoção de entidades associativas comunitárias, desde a sua formação ao apoio ao seu funcionamento, garantindo-lhes a autonomia e a independência na formalização dos encaminhamentos decididos por cada grupo;

. fortalecimento do sistema de articulação e comunicação com os munícipes;

. estímulo à formação de espaços de convivência em comunidades de vizinhança.

OBJETIVOS E METAS

. aprimorar o sistema de atendimento ao público;

. criar mecanismos de articulação sistemática com o Chefe do Poder Executivo;

. desburocratizar os serviços da Prefeitura;

. criar serviços de informação Cidadão-Prefeitura ou Comunidade-Prefeitura, a fim de que a comunidade tenha condições de avaliar a qualidade dos serviços prestados pelo Município;

. criar locais de atendimento descentralizado, ampliando o acesso do público à Prefeitura;

. criar canais de comunicação para que as pessoas possam encaminhar seus pleitos e reclamações;

. definir calendário para o cumprimento de todas as metas e objetivos estabelecidos pelo Plano, em articulação com as associações e de forma integrada entre todos os órgãos da Prefeitura.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Mesmo sendo um dos municípios mais jovens do Ceará a administração pública de Maracanaú já demonstra características típicas de aparelhos governamentais viciados, com excessivo número de pessoal, sem um controle mais efetivo de seu patrimônio, nem de suas finanças, ocasionando, assim, desperdícios flagrantes na aplicação dos recursos, o que é inadmissível dada a grande variedade de pleitos da comunidade e o elevado estado de carência da população.

Cabe, portanto, à municipalidade urgenciar a melhoria operacional da máquina de governo, tornando-a ágil e eficiente, capaz de responder rapidamente aos reclames das comunidades, não só na realização de suas funções tradicionais de saúde e educação, mas garantindo uma amplitude maior, na geração de emprego e da renda das pessoas, no atendimento ao menor carente e na formação da cidadania consciente e participante dos destinos da coletividade.

DIRETRIZES

- . criação de mecanismos de controle social que promovam a instituição de um sistema administrativo democrático e eficaz;
- . descentralização das atividades administrativas tornando-as de fácil acesso a todos os munícipes;
- . adequação das estruturas administrativas às novas funções assumidas pelo poder público municipal;
- . definição de um modelo de gestão, através de uma organização mais racional, com competências, atribuições e objetivos bem definidos, evitando a superposição de funções e o paralelismo das ações entre órgãos distintos;
- . implantação de política de recursos humanos que promova a melhoria técnica dos servidores, através de treinamentos programados e o estabelecimento de um plano de cargos e carreiras que estimule o interesse e o compromisso com os serviços públicos;
- . criação de mecanismos de avaliação de desempenho que promova o mérito e a dedicação ao serviço público;
- . melhoria dos processos administrativos e de controle do patrimônio municipal.

OBJETIVOS E METAS

- . elaborar o Manual de Procedimentos, com vistas a orientar os servidores na execução dos trabalhos e à população no acompanhamento de seus processos;
- . realizar periodicamente avaliação de desempenho governamental para identificação dos desvios e correção das falhas;
- . modernizar a sistemática de funcionamento administrativo, desburocratizando processos e agilizando os passos a serem realizados;
- . realizar cadastro de todos os servidores para definição de política de pessoal;
- . levantar a situação dos prédios de uso pela municipalidade, tendo em vista a racionalização das ocupações e redução de custos;
- . levantar o patrimônio municipal, tendo em vista a sua identificação e tombamento, bem como a possibilidade de redistribuição de materiais pelos diversos órgãos da administração;

SECRETARIA . elaborar plano de controle de gastos do Município, visando a redução de despesas de energia elétrica, combustíveis, passagens, dentre outros;

. capacitar 100% dos servidores municipais em áreas da administração, onde haja carência de pessoal, de modo a racionalizar a ocupação dos servidores, segundo as características individuais de cada funcionário.

Além disso, a Prefeitura precisa organizar o funcionamento do seu setor arrecadador, tendo consciência de que o grande volume de recursos é oriundo do Imposto de Renda e a regularização dos gastos e a cobrança junto aos contribuintes do Imposto de Renda deve ser realizada, em níveis de competência e eficiência que permitam atingir um maior número de pessoas, como forma, inclusive de comprometê-las com o funcionamento da Prefeitura.

DIRETRIZES

- Equilíbrio na aplicação dos recursos financeiros do Município;
- modernização do sistema arrecadador, aumentando sua eficiência, buscando a redução da sonegação e a incorporação de novas bases contribuintes;
- aperfeiçoamento do processo de elaboração orçamentária, promovendo a participação efetiva de todos os órgãos da administração;
- criação de mecanismos de participação popular na elaboração dos orçamentos;
- qualificação de fontes especiais, para complementar as receitas previstas no orçamento, por aplicação em investimentos e programas prioritários;
- melhoria do controle das despesas com implementação de sistema de controle específico para tal.

OBJETIVOS E METAS

- definir previamente as possibilidades das despesas públicas e racionalizar sua aplicação;
- elaborar e executar um plano de informatização para o Município voltado para o controle de despesas e receitas municipais;
- realizar levantamento censitário dos contribuintes do ISS;
- realizar levantamento topográfico do Município para melhoria da arrecadação do IPTU;
- criar comissão de programação financeira para racionalização dos gastos;
- realizar programa de qualificação de pessoal nas áreas de orçamento e finanças;
- elaborar periodicamente relatórios de acompanhamento das ações da Prefeitura;
- realizar campanhas junto aos contribuintes no sentido de reduzir a sonegação em Maracópis.

SECRETARIA DE FINANÇAS

A constituição Federal de 1988 beneficiou os municípios brasileiros, com um aumento substancial das transferências da União, bem como pelo incremento de recursos de novos impostos, como o aplicado sobre combustíveis e lubrificantes, a cargo das Prefeituras.

Essa suposta regalia municipal, contudo, foi parcialmente anulada com a descentralização de funções que, cada vez mais, tornam-se responsabilidade dos municípios, os quais precisam adequar as suas estruturas administrativas e operacionais com vistas a evitar desperdícios dos recursos, aplicando-os em certos setores em detrimento de outros, às vezes mais necessitados.

Além disso, o Executivo precisa organizar o funcionamento do seu setor arrecadador, mesmo tendo consciência de que o grande volume de recursos é oriundo de transferências, a organização dos gastos e o trabalho junto aos contribuintes de tributos próprios municipais deve ser realizado, em níveis de competência e eficiência que permitam atingir um maior número de pessoas, como forma, inclusive de comprometê-las com o funcionamento da Prefeitura.

DIRETRIZES

- . equilíbrio na aplicação dos recursos financeiros do Município;
- . modernização do sistema arrecadador, aumentando sua eficácia, buscando a redução da sonegação e a incorporação de novas bases contributivas;
- . aperfeiçoamento do processo de elaboração orçamentária, promovendo a participação efetiva de todos os órgãos da administração;
- . criação de mecanismos de participação popular na elaboração dos orçamentos;
- . identificação de fontes especiais, para complementar as receitas previstas no orçamento, para aplicação em investimentos e programas prioritários;
- . melhoria do controle das despesas com implantação de sistema de controle específico para tal;

OBJETIVOS E METAS

- . definir previamente as possibilidades das despesas públicas e racionalizar sua aplicação;
- . elaborar e executar um plano de informatização para o Município voltado para o controle de despesas e receitas municipais;
- . realizar levantamento cadastral dos contribuintes do ISS;
- . realizar levantamento aerofotogramétrico do Município para melhoria da arrecadação do IPTU;
- . criar comissão de programação financeira para racionalização dos gastos;
- . realizar programa de qualificação de pessoal nas áreas de orçamento e finanças;
- . elaborar periodicamente relatórios de acompanhamento das ações da Prefeitura;
- . realizar campanhas junto aos contribuintes no sentido de reduzir a sonegação em Maracanaú;

negociar, com inscritos na dívida ativa, os débitos com o erário, para reduzir o grau de inadimplência dos contribuintes;

M

... em 1991, o crescimento da população de 13,0% ao ano, entre 1950 e 1991, elevando a população de 27.004 pessoas para 187.002, com uma pressão de densidade por pessoa...

O crescimento da receita ocasionada pelas vantagens constitucionais para os municípios é suficiente para atender as necessidades que aumentam em progressão geométrica.

Todavia, o compromisso da administração com o atendimento às condições de população precisa ser mantido, a qualquer custo, mesmo em detrimento de outros investimentos, e educação, exige uma atenção especial da Prefeitura.

É fundamental que todos os cidadãos tenham acesso à escola e que esta escola apresente qualidade de equipamentos e professores para que seja ministrado um ensino que cumpre, realmente, os objetivos de magistério: formar cidadãos preparados para integrar-se à sociedade de forma produtiva e contributiva.

Hoje, a questão educacional não reside apenas no ensino formal, mas também na formação profissional dos jovens. Inicialmente fará-se ênfase na leitura e produção, sendo evidentemente componentes de uma técnica mais ampla e profunda de avaliação da mesma.

DIRETRIZES

garantir a universalização do ensino mediante a expansão da oferta de vagas docentes da construção, aquisição, reforma e reparatamento de unidades escolares e de utilização plena da capacidade instalada em cada município de ensino.

tratar a educação como um direito de todos e um princípio da democracia, requerendo o engajamento da sociedade civil organizada, das famílias, nas perspectivas de amplo desenvolvimento das pessoas.

descentralização administrativa e financeira dos sistemas escolares, fortalecendo o processo de gestão nos estabelecimentos e dando maior autonomia didático-pedagógica a eles.

definição de metas mínimas de qualidade do ensino público, tomando como referência para a formação escolar do aluno e sua preparação para outros graus superiores, em quaisquer outras instituições públicas ou particulares.

expansão da rede física de escolas, a partir de cercâncias detectadas, em áreas de densidade populacional e baixo atendimento.

elevação do nível de desempenho pedagógico do corpo docente, através de reestruturação curricular, metodológica e organizacional do processo de formação dos professores.

integração de vários setores governamentais, com vista à execução de programas de desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, a partir do processo de educação.

valorização do corpo docente da educação, mediante o aprimoramento de sua formação, de melhores condições de trabalho e remuneração condigna.

OBJETIVOS E METAS

realizar programas integrados de educação de alfabetização.

M

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Um crescimento demográfico da ordem de 13,8% ao ano, entre 1980 e 1991, elevando a população de Maracanaú de 37.894 pessoas para 157.062, ocasiona uma pressão de demanda por serviços sociais que torna praticamente impossível, ao poder público responder com a mesma velocidade.

O incremento de receita ocasionada pelas vantagens constitucionais para os municípios é insuficiente para atender as necessidades que aumentam em progressão geométrica.

Todavia, o compromisso da administração com o atendimento às carências da população precisa ser mantido, a qualquer custo, mesmo em detrimento de outros investimentos, a educação requer uma atenção especial da Prefeitura.

É fundamental que todas as crianças tenham acesso à escola e que esta escola apresente qualidade de equipamentos e professores para que seja ministrado um ensino que cumpra realmente os desígnios do magistério: formar cidadãos preparados para integrar-se à sociedade de forma produtiva e contributiva.

Hoje, a questão educacional não reside apenas no ensino formal, mas também na formação profissional dos jovens, buscando fazê-los geradores de renda e produção, sendo efetivamente componentes de uma política mais ampla e profunda de erradicação da miséria.

DIRETRIZES

. garantia da universalização do ensino, mediante a expansão da oferta de vagas decorrentes da construção, ampliação, reforma e reaparelhamento de unidades escolares e da utilização plena da capacidade instalada da rede municipal de ensino.

. tratamento à educação como um direito de todos e um princípio da democracia, requerendo o engajamento da sociedade civil organizada, das famílias, nas perspectivas do amplo desenvolvimento das pessoas;

. descentralização administrativa e financeira dos sistemas escolares, democratizando o processo de gestão dos estabelecimentos e dando maior autonomia didático-pedagógica a eles;

. definição de graus mínimos de qualidade do ensino público, tornando-o suficiente para a formação escolar do aluno e sua preparação para outros graus superiores, em quaisquer outras instituições públicas ou particulares;

. expansão da rede física de escolas, a partir de carências detectadas, em áreas de densidade populacional e baixo atendimento;

. elevação do nível de desempenho pedagógico do corpo docente, através da reestruturação curricular, metodológica e organizacional do processo de formação dos professores;

. integração do vários setores governamentais, com vista à execução de programas de desenvolvimento pleno da criança e do adolescente, a a partir do processo de educação;

. valorização do corpo docente da educação, mediante o aprimoramento de sua formação, de melhores condições de trabalho e remuneração condigna.

OBJETIVOS E METAS

. realizar programas integrados de redução do analfabetismo;

. ampliar a capacidade física da rede escolar, pela construção e incorporação de novas salas de aula;

. dotar as unidades escolares de equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento dos currículos;

. reduzir os índices de evasão e repetência da rede pública municipal, particularmente do ensino municipal;

. adotar modelos alternativos de ensino para clientela específicas, como populações residentes em áreas mais distantes, os trabalhadores das zonas rurais e os meninos de rua;

. fortalecer o atendimento aos estudantes com alimentação, saúde, transporte, material escolar e atendimento social à família;

. garantir a escolarização de todas as crianças e adolescentes na faixa de 07 a 14 anos, com as seguintes metas:

- ampliar 25 salas de aulas em unidades escolares municipais, gerando 2.625 novas vagas;

- colocar em funcionamento 2 escolas, com 10 salas de aulas, beneficiando 1.050 novos alunos;

- construir 08 unidades escolares com 36 salas de aulas nas localidades mais carentes, criando 3.780 novas vagas;

- utilizar 156 salas de aulas ociosas das escolas públicas estaduais, propiciando o atendimento a 5.460 novos alunos;

- racionalizar a matrícula na rede de ensino municipal, estadual e conveniada, assegurando aos alunos com 07 anos e mais, 6.032 vagas;

. ampliar a oferta de vagas no ensino de 2º grau para 2.000 novos alunos, com a construção do Liceu de Maracanaú;

. preparar 300 alunos do Município para disputar ingresso na Universidade, mediante convênio com cursinho especializado;

. realizar diagnóstico da situação educacional, cultural e desportiva de Maracanaú;

. reestruturar a Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, com a definição dos fluxos, rotinas e a elaboração de manuais de procedimento e normas;

. realizar concurso público para suprir as carências do setor e regularizar a situação dos servidores da Secretaria;

. informatizar o Sistema Municipal de Educação;

. criar e implantar o Conselho Municipal de Educação;

. rever e atualizar o Estatuto do Magistério, inclusive quanto à tabela de classificação de cargos e salários;

. implantar um programa de formação profissional para formação de mão-de-obra, em articulação com as entidades patronais do Distrito Industrial, com a perspectiva de aproveitamento dos estudantes qualificados;

. elaborar e executar um Programa de Saúde Escolar em articulação com a Secretaria de Saúde assegurando:



SECRETARIA

- atendimento médico-odontológico;
- exames de acuidade visual e auditiva;
- prevenção ao uso indevido de drogas;
- prevenção e combate às DST e AIDS;
- análise e tratamento da água servida aos alunos do sistema.

destacando:

- . elaborar e executar um programa de incentivo e apoio às atividades culturais
- . o resgate da história do Município;
- . o incentivo às manifestações artísticas-culturais;
- . valorização, divulgação e apoio às festas populares
- . criar o museu histórico de Maracanaú;
- . Implantar 04 bibliotecas públicas, sendo uma na sede e as demais nas localidades de maior confluência escolar;
- . apoiar as representações do Município nos diversos esportes, nas participações a nível municipal, estadual e regional;
- . construir um ginásio poli-esportivo na sede do Município;
- . construir um estádio municipal de futebol;
- . construir quadras esportivas nas escolas municipais que tenham espaço físico suficiente;
- . realizar concurso público para ampliação do quadro de professores de educação física das escolas de 1º e 2º graus.



DIRETRIZES

- ... garantia de prestação de serviços de boa qualidade aos usuários da rede pública municipal de saúde;
- ... criação de mecanismos de atendimento integral aos grupos vulneráveis, de adolescentes e das idosas;
- ... articulação com os demais municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e com o Governo do Estado para racionalizar o atendimento médico-hospitalar;
- ... implementação de estratégias, ações epidemiológicas e outras de caráter preventivo, visando reduzir a incidência de doenças transmissíveis e outras agravas à saúde.

SECRETARIA DE SAÚDE

A crise da economia, expressada nos elevados índices de desemprego, reflete-se diretamente nos baixos padrões de alimentação, habitabilidade e higiene da população dos municípios, notadamente aqueles que vêm sofrendo um aumento populacional acelerado, como é o caso de Maracanaú.

Inevitavelmente, este quadro geral de carências tende a se apresentar sob a forma de doenças das mais diversas ordens, apesar de terem origens semelhantes.

Ao lado disto, a situação agrava-se com a desestruturação dos equipamentos de saúde da rede pública, com falta de materiais e equipamentos, os mais simples e desinteresse por parte dos profissionais, em função de salários não condizentes com a dignidade profissional.

Com a divulgada municipalização dos serviços de saúde, a Prefeitura deveria assumir todos os hospitais e postos de saúde existentes no Município, inclusive suas despesas, sendo apoiado financeiramente por recursos transferidos do chamado Sistema Unificado de Saúde. A realidade, contudo, tem revelado um processo extremamente burocratizado, gerando um estado de insegurança nos municípios quanto a possibilidade do erário municipal suportar uma possível descontinuidade no processo de alocação de recursos federais.

Mesmo assim, a administração mostra-se disposta a realizar ações no sentido de fazer funcionar o Sistema de Saúde de Maracanaú, arregimentando todos os recursos de que disponha, articulando-se com a sociedade civil e encetando esforços na melhoria da qualidade de vida do povo do Município, mediante um conjunto de ações que atuem não apenas na solução dos problemas quando eles aparecem mas buscando a intervenção profilática, com medidas de saneamento e de geração de renda das famílias.

Atualmente, muitas ações de saúde permanecem com seus núcleos de comando nos quadros do Ministério da Saúde (imunização, DST/AIDS, cólera, etc) o que origina campanhas episódicas a nível nacional. Outras ações já estão sob o comando do Estado (Agentes de Saúde, Água Potável, Esgotos, etc.), ficando o Município livre para definir os seus projetos e suas responsabilidades, dentro de sua capacidade operacional, sem que, entretanto, isso signifique haver qualquer tipo de omissão por parte do gestor municipal.

Cabe, dessa maneira, aos Prefeitos e Secretários Municipais de Saúde, o papel de criar um Sistema Único de Saúde - SUS, para os seus municípios que efetivamente promova a saúde de seus cidadãos e que, principalmente, possa, no mais curto espaço de tempo, causar impacto nos indicadores de saúde da população, hoje, elementos de informação e avaliação que envergonham os gestores da área, praticamente, todos os municípios de nosso País.

DIRETRIZES

- . investimentos preferenciais em áreas primárias de saúde;
- . garantia da prestação de serviços de boa qualidade aos usuários da rede pública municipal de saúde;
- . criação de mecanismos de atendimento integral aos grupos materno-infantil, de adolescentes e dos idosos;
- . articulação com os demais municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e com o Governo do Estado para racionalizar o atendimento médico-hospitalar;
- . intensificação de imunizações, ações epidemiológicas e outras de caráter preventivo, visando reduzir a incidência de doenças transmissíveis e outros agravos à saúde;

. expansão da rede de equipamentos de saúde da Prefeitura, localizando-os, prioritariamente, nas áreas de maior carência nutricional e de maior número de agravos;

. melhoria do sistema de vigilância sanitária no controle de uso e consumo de produtos pela população;

. informatização do controle de informações sanitárias, agilizando as ações do Sistema de Saúde;

. implantação de política de recursos humanos que atue na capacitação, treinamento, reciclagem e remanejamento de profissionais, segundo as necessidades do Sistema;

. promoção do poder de fiscalização por parte da comunidade, como mecanismo principal de avaliação do desempenho do setor;

OBJETIVOS E METAS

. responsabilizar-se integralmente com as ações básicas de saúde pública;

. assumir ações secundárias e terciárias de saúde, de acordo com as disponibilidades e os meios existentes no Município;

. elaborar e executar Plano de Cargos e Salários para o pessoal da saúde;

. criar o Programa de Controle das Doenças Crônico-Degenerativas;

. consolidar o Programa de Assistência Odontológica com desenvolvimento em três vertentes principais:

- preventiva - aplicação de flúor e fluoretação da água potável;

- curativa - restauração e extração;

- emergencial - atendimento durante 24 horas do dia;

. criar o Programa de Assistência Farmacêutica garantido, à população, medicamentos básicos na rede de Postos de Saúde;

. criar o Programa de Análises Clínicas, assegurando os exames laboratoriais básicos e indispensáveis à complementação diagnóstica;

. criar o Programa de Vigilância em Saúde, compreendendo a fusão das ações de Vigilância Sanitária e Vigilância epidemiológica;

. Aumentar o número de agentes de saúde e ampliar o seu atendimento a outros programas de saúde pública e a pesquisas junto a população;

. criar o Programa de Saúde Mental da População visando evitar o internamento com consultas médicas descentralizadas mediante programa de terapia ocupacional e ressocialização;

. criar o Programa de Atenção aos Excepcionais com ações de :

- terapia ocupacional;

- fonoaudiologia;

- fisioterapia;

- acompanhamento psicológico.

. criar o Programa de Educação em Saúde com a introdução da disciplina "Educação Sanitária", na rede básica de ensino do Município;

. promover a distritalização da saúde dividindo a área municipal em distritos sanitários;

. implantar Conselhos Diretores de Saúde nas Unidades Municipais;

. instituir o Programa de Saúde do Trabalhador investindo no controle de acidentes de trabalho, com campanhas junto a empresas do Distrito Industrial e da CEASA;

. manter permanente estado de preparação para realização de campanhas contra a cólera e doenças transmissíveis, a serem realizadas semanalmente.

. implantar equipamento de saúde nas áreas mais pobres, garantindo a ampliação do atendimento médico;

A saúde pública é uma preocupação tanto o indivíduo a nível pessoal, os problemas sociais, quanto principalmente, os grupos mais vulneráveis, como as crianças e adolescentes que, no futuro, deverão ser capazes de assumir as responsabilidades e encarar a delinqüência como alternativa.

Com isto as demandas sociais são resolvidas e a capacidade de atendimento estaciona na limitação de recursos, devido porque as soluções não dependem de esforço despendido pela Prefeitura, mas dependem de um conjunto muito mais abrangente do modelo econômico do País e da superação dos problemas estruturais do mesmo.

Neste sentido, as populações necessitam de maior de governo que lhe dê uma ordem, segundo planejamento e serviços que reduzam o nível de pobreza, apesar de não atingir o causal.

Logo, portanto, a Prefeitura deve ter uma política de ação social que sempre atinja os mais amplos setores desassistidos da população, em particular os moradores de periferia e os grupos específicos de jovens e crianças.

Cabe destacar que, dentro dos problemas mais relevantes apresentados pela população há a questão da moradia, onde a Prefeitura é sempre a primeira solicitada a intervir, principalmente na recuperação de ambientes ou pagamento de novas feiras.

DIRETRIZES

criação de mecanismos de participação das comunidades para elaboração de uma política de assistência social;

implementação de programas especiais para os grupos mais vulneráveis;

promoção do papel da família como núcleo prioritário das questões sociais, oferecendo alternativas de renda;

melhoria dos serviços prestados de assistência, mediante a articulação entre os Município da Região Metropolitana de Fortaleza, o Governo do Estado e a integração de todos os órgãos do Município;

garantia de ampliação de atendimento de crianças de 0 a 6 anos de idade em creches, mediante a implantação de novas unidades.

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

O crescimento de Maracanaú que se dava, natural e gradativamente, pelo aumento vegetativo de sua população e o incremento correspondente de funções urbanas e atividades produtivas, foi bruscamente atingido pela implantação do Distrito Industrial do Ceará, gerando, em curto prazo, transformações profundas na realidade municipal, com o acréscimo de, aproximadamente, 120.000 novos moradores em apenas 11 anos.

Essa expansão violenta do Município teve como suporte, do lado do emprego, o Distrito Industrial e do lado da moradia e infra-estrutura correspondente, a implantação de grandes conjuntos habitacionais que hoje domicíliam o maior número de famílias que habita o Município.

A questão reside no fato de que o Distrito Industrial não é suficiente para absorver a mão-de-obra existente, nem a infra-estrutura dos conjuntos é perpétua e plena.

A expectativa é de que a Prefeitura fique responsável por todos os problemas da comunidade, notadamente os relativos aos problemas sociais e seus efeitos na marginalidade, no menor abandonado e nos conflitos familiares.

A recessão econômica e sua repercussão sobre o emprego e renda acirram os problemas sociais, agravando principalmente os grupos mais vulneráveis, como as crianças e adolescentes que, na falta de expectativa para o futuro, abandonam as escolas e encaram a delinqüência como alternativa.

Com isso as demandas sociais são acrescidas e a capacidade de atendimento estaciona na limitação de recursos, mesmo porque as soluções não dependem do esforço despendido pela Prefeitura, mas dependem de um complexo muito mais abrangente do modelo econômico do País e da superação dos problemas econômicos nacionais.

Mesmo assim, as populações pressionam a esfera de governo que lhe está mais próxima, exigindo equipamentos e serviços que reduzam o nível de miséria e de pobreza, apesar de não atingir as causas.

Cabe, portanto, à Prefeitura definir uma política de ação social que busque atingir os mais amplos setores desassistidos da população, em particular os moradores de periferia e os grupos específicos de jovens e crianças.

Cabe assinalar que, dentre os problemas mais relevantes apresentados pela população há a questão da moradia, onde a Prefeitura é sempre a primeira solicitada a intervir, principalmente na ocorrência de invasões ou surgimento de novas favelas.

DIRETRIZES

- . criação de mecanismos de representação das comunidades para elaboração de uma política de assistência social;
- . implantação de programas especiais para os grupos mais vulneráveis;
- . promoção do papel da família como núcleo organizador das questões sociais, oferecendo alternativas de renda;
- . melhoria dos serviços prestados de assistência, mediante a articulação entre os Município da Região Metropolitana de Fortaleza, o Governo do Estado e a integração de todos os órgãos do Município;
- . garantia de ampliação de atendimento às crianças de 0 a 6 anos de idade em creches, mediante a implantação de novas unidades;

SECRETARIA . implementação de programas de formação de mão-de-obra e iniciação profissional, visando geração de renda;

. implementação de programas de apoio à organização comunitária;

. implementação de programa de habitação popular destinado à população de baixa renda;

OBJETIVOS E METAS

. construir e equipar 6 creches;

. garantir a manutenção das creches municipais dotando-as de condições de trabalho e de recursos;

. treinar 5 monitores, 400 educadores infantis e 6 técnicos para o funcionamento das creches;

. adquirir todo o material pedagógico para funcionamento das creches;

. implantar 2 projetos ABC, em parceria com o Governo Estadual;

. instalar e manter 2 Circos Escolas;

. ofertar 4.000 vagas em cursos de iniciação profissionalizante;

. realizar treinamento para 120 agentes de prevenção ao uso indevido de drogas e doenças sexualmente transmissíveis e de AIDS;

. por a disposição das comunidades o apoio técnico, jurídico e financeiro para estrutura de organizações populares;

. realizar periodicamente encontros entre órgãos municipais e entidades populares, visando a democratização das ações e a participação popular nas ações da Prefeitura;

. implantar o Projeto Cidadão;

. atender a 300 idosos carentes, com mais de 60 anos, com terapia ocupacional e lazer;

. construir 5 Centros de Convivência do Idoso;

. criar programa especial de atendimento aos portadores de deficiências físicas, comprovadamente carentes, com assistência médica e o fornecimento de equipamentos e aparelhos necessários;

. melhorar a capacidade do Sistema de Ação Social, mediante:

- elaboração de manual e normas de procedimento;

- definição de critérios para atendimento de solicitações;

- implantação de sistema informatizado para agilizar os atendimentos;

. instituir programa de apoio à moradia para população de baixa renda;

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

A crescente demanda por serviços de infra-estrutura e manutenção das vias urbanas e do patrimônio municipal estão a requerer intervenções constantes da municipalidade, com custos dos mais expressivos no orçamento da Prefeitura.

O Município de Maracanaú que apresenta uma das maiores densidades populacionais do Estado apresenta, também, um adensamento de funções urbanas que se desgastam em velocidade maior do que a média dos outros centros, obrigando a que haja uma estrutura reforçada para atender as demandas e estender os serviços de infra-estrutura às novas áreas que se formam.

Para tanto, tem a Prefeitura buscado a contratação de empresas para realização dos trabalhos, já que apenas a estrutura orgânica do Município não seria suficiente para execução do elenco de obras a serem executadas.

Basicamente, o Poder Executivo deve concentrar sua ação na abertura de novas vias, na construção de próprios municipais para uso da administração e atender as áreas periféricas e carentes em obras de infra-estrutura física e social.

As ações de infra-estrutura deverão ser desenvolvidas, conjuntamente, com um amplo programa de serviços públicos essenciais, que atuem sobre as áreas de abastecimento alimentar, abastecimento d'água, iluminação pública, cemitérios, limpeza urbana e outros que a Prefeitura considera imprescindíveis de realizar para o bem-estar da comunidade.

DIRETRIZES

- . ampliação da área dos cemitérios municipais;
- . garantia do abastecimento d'água e esgotamento sanitário e da expansão da rede de iluminação pública às áreas ainda não beneficiadas;
- . garantia de expansão e melhoria da rede de abastecimento;
- . melhoria do sistema de coleta e destino final do lixo da cidade;
- . garantia de manutenção da expansão urbana e execução de obras, conforme o Plano Diretor da Cidade;
- . discussão com amplos setores da sociedade acerca do Plano Diretor Urbano e sua adequação a um crescimento ordenado do Município;
- . melhoria do controle de uso e ocupação do solo urbano, mediante a revisão da legislação pertinente;
- . expansão da rede viária às áreas mais carentes, com a introdução de pavimentação de baixo custo;

OBJETIVOS E METAS

- . consolidar a estruturação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, com a definição do organograma, atribuições e fluxos operacionais do órgão;
- . viabilizar a instalação de escritórios locais da CAGECE e COELCE;

- SECRETARIA
- . ampliar a rede de iluminação pública atingindo todas a localidades;
 - . implantar e ampliar cemitérios;
 - . realocar os comerciantes da área denominada "Iguatemi" em mercados públicos;
 - . concluir o mercado público para abrigar comerciantes que ocupam logradouros públicos;
 - . realizar o cadastramento, com levantamento topográfico, de todos os imóveis de propriedade do Município;
 - . efetuar o cadastro de todo o sistema de drenagem, esgoto e rede de abastecimento d'água;
 - . realizar estudo para reduzir o abastecimento por carros-pipa, através da ampliação da rede de abastecimento d'água do Município;
 - . implantar Centrais Telefônicas para o atendimento às regiões de Jaçanaú, Mucunã, Cágado e adjacências;
 - . elaborar e executar o Plano de Recuperação do Distrito Industrial;
 - . implantar o Polo de Lazer e Urbanização da Lagoa de Maracanaú;
 - . concluir a construção do Fórum;
 - . urbanizar a área denominada "Iguatemi";
 - . concluir a construção dos mercados públicos já iniciados;
 - . ampliar as redes de abastecimento d'água, esgoto e drenagem e de energia elétrica nas localidades carentes;
 - . apoiar a execução do alargamento da CE-01;
 - . implantar pólo de lazer e urbanizar a localidade de Santo Antonio do Pitaguari;
 - . recuperar a pavimentação, a rede de saneamento e urbanizar as áreas dos conjuntos habitacionais;
 - . recuperar toda área circundante ao Distrito Industrial;
 - . revitalizar a área central.
 - . melhorar o sistema de coleta, transporte e destinação final do lixo da cidade;
- OBJETIVOS E
- 26

SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TRABALHO

Com a instalação do Distrito Industrial em Maracanaú, o Município tomou-se, juntamente com Fortaleza e Juazeiro do Norte, o responsável por quase toda a produção industrial do Estado.

Esta condição, todavia, não produz uma dinâmica interna no Município, como fator de indução de comércio e outros serviços que ainda mantêm uma relação de dependência com os negócios da capital cearense.

O Distrito foi implantado com toda infra-estrutura de arruamento, energia elétrica, abastecimento d'água, coleta e tratamento de esgotos industriais e domésticos, no entanto, a manutenção fica aquém da dimensão do equipamento, com muitos trechos da malha viária deteriorada, sistema de drenagem inconcluso, sinalização inadequada, assim como não funcionamento de coleta e destino final de lixo.

Na realidade, a existência do maior Distrito Industrial do Estado, ocupando 12% de seu território, possuindo 173 estabelecimentos industriais não ocasionou estímulo às atividades produtivas adicionais do Município.

Mesmo havendo uma demanda efetiva por componentes, acessórios, instrumentos e material de apoio, relacionados com a atividade industrial, o Município funciona com um comércio varejista de produtos de consumo, em geral, mercadorias de baixa qualidade.

Acrescente-se que no Município também está localizada a Central de Abastecimento do Ceará S/A - CEASA, que funciona como entreposto comercial de todos os produtos hortifrutigranjeiros do Estado em relação à capital, mas que não tem nenhuma vinculação efetiva com a economia local.

DIRETRIZES

- . estabelecimento de vínculos entre a indústria local e o Município;
- . incentivo à instalação de empresas de terceirização para atendimento às indústrias e a própria Prefeitura;
- . promoção da profissionalização de jovens para serem absorvidos pelos novos projetos de implantação de empresas no Distrito Industrial;
- . consolidação da implantação do II Distrito Industrial de Fortaleza;
- . promoção do desenvolvimento autônomo do Município em relação a Fortaleza;

OBJETIVOS E METAS

- . aumentar o índice de ocupação do I Distrito Industrial de Fortaleza mediante a:
 - identificar e recuperar terrenos ociosos;
 - divulgar as vantagens de localização industrial no Distrito;
 - reativar o Fundo de Desenvolvimento Industrial - FDI, em condições atrativas para o Município;
- . recuperar o I Distrito Industrial de Fortaleza, com as seguintes ações:
 - recuperação da pavimentação;

- conclusão do sistema de drenagem;
- elaboração e implantação de sistema de sinalização;
- elaboração e implantação de sistema de roçagem automática;
- introdução de sistema de gerenciamento de área;
- introdução de sistema de coleta de lixo industrial;
- universalização do sistema de iluminação pública;

. concluir a implantação do II Distrito Industrial de Fortaleza com a execução dos sistemas de drenagem, abastecimento d'água, coleta e destino final de esgotos e conclusão da malha viária;

. consolidar a implantação do Distrito Industrial do Município;

. promover a implantação de micro-empresa, com apoio específico voltado para tal, através das seguintes ações :

- montagem de balcão do micro-empresário;
- articulação com o Banco do Estado do Ceará para financiamento de pequenos negócios industriais;
- fixação de recursos orçamentários da Prefeitura para apoio aos micro-empresários;
- instituição de obrigatoriedade de aquisição, pela Prefeitura, dos artigos produzidos pelos pequenos empresários nele localizados;

. fomentar o incremento do comércio atacadista/varejista, mediante as seguintes medidas:

- estímulo para o comércio de insumos para os distritos industriais;
- definição do espaço seletivo para atividades comerciais;
- promoção das potencialidades comerciais de Maracanaú;
- elevar o índice de emprego no Município, com as seguintes ações:
 - treinamento de pessoas em cursos profissionalizantes em parceria com o SINE/CE;
 - indução e apoio à criação de empresas que assumam a terceirização das indústrias e das Prefeituras da região;
 - incentivo ao estabelecimento de empresas comerciais de produtos demandados pelas empresas do DIF;
- financiamento de atividades produtivas de iniciativa individual ou de grupos, abrangendo ferramentas e capital de giro.

. consolidar a implantação da Central de Atacadistas e Distribuidores;

. apoiar financeiramente através do FAPEN, a implantação, consolidação ou ampliação de pequenos negócios no Município, além de prover e financiar os mecanismos de apoio gerencial e tecnológico necessários.

DISTRITO INDUSTRIAL MUNICIPAL (DI 2000)

Como vem sendo analisado em todo corpo deste Plano, o Município de Maracanaú sofreu um acelerado crescimento demográfico e econômico, resultante da expansão da capital cearense, cujas fronteiras já se encontram ocupadas urbanamente, em todos os quadrantes territoriais.

Destarte, Maracanaú é resultado de um processo exógeno de emancipação, onde as forças locais tiveram pouca ou nenhuma influência no processo, determinando, com isso, que, praticamente, as relações econômicas, sociais e políticas estejam vinculadas muito mais fortemente a Fortaleza do que ao Município onde elas se realizam.

Compete, portanto, às lideranças locais uma reversão deste quadro, sob pena de termos um Município com pujança econômica e urbanização acelerada, porém totalmente alheio à sua constituição com cidade nucleadora de funções urbanas e modernizadora por atividades próprias e autônomas.

A Prefeitura de Maracanaú considera que a quebra deste quadro será possível com o estabelecimento de políticas econômicas próprias que sirvam não apenas para complementar as necessidades expansionistas da capital cearense, mas que produzam efeitos diretos na geração do emprego e da renda municipal tendo em vista a população do Município.

Nesse sentido o Poder Executivo está desenvolvendo esforços para consolidar a implantação do Distrito Industrial de Maracanaú que atraia investidores de toda a Região nordestina para promover a formação de um núcleo autônomo, e seja indutor das atividades produtivas locais, notadamente o comércio e outros serviços.

DIRETRIZES

. articulação entre as políticas de Maracanaú com a Região Metropolitana de Fortaleza e o Estado do Ceará;

. estímulo à expansão do setor secundário, autônomo, com capacidade de promover uma nova etapa na geração de emprego e renda, diminuindo a relação de dependência com a capital cearense;

. promoção de atividades industriais planejadas, de acordo com a ocupação racional do solo urbano e a proteção do meio ambiente priorizando a instalação de pequenas e médias empresas;

. estímulo ao surgimento de atividades comerciais e prestadoras de serviços, como meio de expansão do emprego e geração de receitas para o erário municipal;

. articulação com entidades governamentais e não governamentais para implementação da política industrial do Município, buscando as alternativas de investimentos que mais efeitos possam produzir na modernização tecnológica e ao desenvolvimento da economia;

. promoção de Maracanaú como opção de investimentos para os empresários do Estado e do Nordeste;

OBJETIVOS E METAS

. dar prosseguimento à construção da infra-estrutura básica do DI 2000;

. promover a divulgação das vantagens comparativas de localização junto aos investidores potenciais;

realizar convênios com as áreas de tecnologia das Universidades, tendo em vista a transferência de processos modernos para as empresas que se dispunham a se fixar no Distrito;

elaborar e implantar rotinas operacionais para controle do empreendimento;

realizar convênio com o SINE e o SEBRAE para apoio à seleção e organização dos investidores dispostos a instalar suas empresas no Distrito;

Par iniciativa da Prefeitura de Maracanaú foi feita a proposta de que a Central poderia ser instalada no Município que apresenta todas as vantagens locais para o empreendimento, tendo em vista a proximidade do Distrito Industrial de Fortaleza, a Central de Abastecimento do Ceará - CEASA e a malha viária planejada de trânsito para todas as regiões de Estado e do País.

Além disso, o Município dispõe de áreas territoriais suficientes para construção das estruturas e infra-estrutura básica para funcionamento das atividades próprias daquele comércio, com distância razoável em relação a qualquer ponto de Fortaleza, com menos de 30 quilômetros, o que garante baixos custos de fretes e transportes.

DIRETRIZES

promoção de vantagens locais do Município para instalação da Central de Abastecimento e Distribuidores;

colaboração com as entidades de classe e associações para discussão das melhores alternativas de localização e instrumentalização do empreendimento;

elaboração de legislação específica para estimular a decisão dos agricultores em localizar-se em Maracanaú;

definição de recursos necessários para realização de obras de infra-estrutura na área de localização da Central de Abastecimento e Distribuidores.

OBJETIVOS E METAS

dar prosseguimento e implantação da infra-estrutura urbana da Central de Abastecimento e Distribuidores;

realizar encontros e reuniões com os agricultores de Fortaleza para discussão das condições de instalação para Maracanaú;

promover, junto ao Banco do Estado do Ceará, gestões para o financiamento de atividades que se instalarem no Município;

divulgar junto a população da Região Metropolitana, as vantagens de localização da Central de Abastecimento e Distribuidores;

encaminhar legislação relativa a estimular a instalação de empresas associadas na Central.

CENTRAL DE ATACADISTAS E DISTRIBUIDORES

O Município de Maracanaú revelou, mais uma vez, a sua vocação natural para ser o estuário da expansão das atividades econômicas da Região Metropolitana de Fortaleza, com a perspectiva de instalação da Central de Atacadistas e Distribuidores no seu território.

A questão do local onde deve ficar a Central, vem sendo motivo de discussões amplas, já há bastante tempo, mercê da inviabilidade real de continuar o quadro caótico da área central de Fortaleza, com o fluxo de caminhões, o carregamento e o descarregamento de enormes veículos de transporte de cargas.

Por iniciativa da Prefeitura de Maracanaú foi feita a proposta de que a Central poderia ser instalada no Município que apresenta todas as vantagens locais para o empreendimento, tendo em vista a existência do Distrito Industrial de Fortaleza, a Central de Abastecimento do Ceará - CEASA e a malha viária distribuidora de tráfego para todas as regiões do Estado e do País.

Além disso, o Município dispõe de áreas territoriais suficientes para construção dos armazéns e infra-estrutura física para funcionamento das atividades próprias daquele comércio, com distância rodoviária em relação a qualquer ponto de Fortaleza, com menos de 30 quilômetros, o que garante baixos custos de fretes e transportes.

DIRETRIZES

- . promoção de vantagens locais de Maracanaú para instalação da Central de Atacadistas e Distribuidores;
- . articulação com as entidades de classe dos atacadistas para discussão das melhores alternativas de localização e instrumentalização do empreendimento;
- . elaboração de legislação específica para estimular a decisão dos atacadistas em localizar-se em Maracanaú;
- . definição de recursos orçamentários para realização das obras de infra-estrutura na área de localização da Central de Atacadistas e Distribuidores;

OBJETIVOS E METAS

- . dar prosseguimento à implantação da infra-estrutura urbana da Central de Atacadistas e Distribuidores;
- . realizar encontros e reuniões com os atacadistas de Fortaleza para discussão das condições de transferência para Maracanaú;
- . promover, junto ao Banco do Estado do Ceará, gestões para o financiamento de atacadistas que se instalarem no Município;
- . divulgar junto à população da Região Metropolitana, as vantagens de localização da Central de Atacadistas e Distribuidores;
- . encaminhar legislação relativa a estimular a instalação de empresas atacadistas na Central;

E S P E C I F I C A Ç Ã O	Total Geral	1 9 9 4			1 9 9 5			1 9 9 6			1 9 9 7		
		Despesa Capital	Despesa Corr.	Total	Despesa Capital	Despesa Corr.	Total	Despesa Capital	Despesa Corr.	Total	Despesa Capital	Despesa Corr.	Total
CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAU	4.600	1.900		1.900	850		850	900		900	950		950
GABINETE DO PREFEITO	2.200	500		500	700		700	600		600	400		400
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	30.450	8.700		8.700	9.300		9.300	7.450		7.450	5.000		5.000
SECRETARIA DE FINANÇAS	50.300	9.400	3.200	12.600	9.350	3.200	12.550	9.500	3.200	12.700	9.250	3.200	12.450
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DEPORTO	1.424.886	69.740	288.710	358.450	58.200	302.690	360.890	58.010	315.056	373.066	9.050	323.430	332.480
SECRETARIA DE SAUDE	487.818	15.115	103.900	119.015	11.387	105.495	116.882	11.733	110.198	121.931	18.995	110.995	129.990
SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	192.188	15.373	37.089	52.462	15.273	38.550	53.823	4.525	39.791	44.316	1.600	39.986	41.586
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	629.739	82.058	78.945	161.003	80.208	80.760	160.968	78.378	84.116	162.494	60.108	85.166	145.274
SECRETARIA DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMERCIO	212.136	40.658	12.376	53.034	40.658	12.376	53.034	40.658	12.376	53.034	40.658	12.376	53.034
Total	3.034.316	243.444	524.220	767.664	225.926	543.071	768.997	211.754	564.737	776.491	146.011	575.153	721.164
Recursos do Tesouro	2.161.674	139.121	398.331	537.452	135.163	412.862	548.025	126.371	430.462	556.833	81.697	437.666	519.363
Recursos de Outras Fontes	872.643	104.323	125.889	230.212	90.763	130.209	220.972	85.383	134.274	219.657	64.314	137.487	201.801

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

01000 - CÂMARA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
001 - AÇÃO LEGISLATIVA	3.600	900	850	900	950
DESPESAS DE CAPITAL	3.600	900	850	900	950
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	3.600	900	850	900	950
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.000	1.000			
DESPESAS DE CAPITAL	1.000	1.000			
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	1.000	1.000			
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
TOTAL DO ÓRGÃO	4.600	1.900	850	900	950
DESPESAS DE CAPITAL	4.600	1.900	850	900	950
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	4.600	1.900	850	900	950
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

02000 - GABINETE DO PREFEITO

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
020 - SUPERVISÃO E COORDENAÇÃO SUPERIOR	2.200	500	700	600	400
DESPESAS DE CAPITAL	2.200	500	700	600	400
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	2.200	500	700	600	400
AMORTIZAÇÕES					
DESPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
TOTAL DO ÓRGÃO	2.200	500	700	600	400
DESPESAS DE CAPITAL	2.200	500	700	600	400
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	2.200	500	700	600	400
AMORTIZAÇÕES					
DESPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					

Handwritten signature

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

03000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.150	2.100	1.500	2.150	400
DESPESAS DE CAPITAL	6.150	2.100	1.500	2.150	400
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	6.150	2.100	1.500	2.150	400
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	24.300	6.600	7.800	5.300	4.600
DESPESAS DE CAPITAL	24.300	6.600	7.800	5.300	4.600
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	24.300	6.600	7.800	5.300	4.600
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
TOTAL DO ÓRGÃO	30.450	8.700	9.300	7.450	5.000
DESPESAS DE CAPITAL	30.450	8.700	9.300	7.450	5.000
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	30.450	8.700	9.300	7.450	5.000
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

04000 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
032 - CONTROLE INTERNO	1.900	500	450	600	350
DESPESAS DE CAPITAL	1.900	500	450	600	350
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	1.900	500	450	600	350
AMORTIZAÇÕES					
DESPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
033 - DÍVIDA INTERNA	48.400	12.100	12.100	12.100	12.100
DESPESAS DE CAPITAL	35.600	8.900	8.900	8.900	8.900
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	35.600	8.900	8.900	8.900	8.900
AMORTIZAÇÕES					
DESPESAS CORRENTES	12.800	3.200	3.200	3.200	3.200
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	12.800	3.200	3.200	3.200	3.200
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
TOTAL DO ÓRGÃO	50.300	12.600	12.550	12.700	12.450
DESPESAS DE CAPITAL	37.500	9.400	9.350	9.500	9.250
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	1.900	500	450	600	350
AMORTIZAÇÕES	35.600	8.900	8.900	8.900	8.900
DESPESAS CORRENTES	12.800	3.200	3.200	3.200	3.200
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	12.800	3.200	3.200	3.200	3.200
DE DURAÇÃO CONTINUADA					

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

05000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DEPORTO

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
224 - DESPORTO AMADOR	7.310	1.710	1.830	1.860	1.910
DESPESAS DE CAPITAL	470	100	120	150	100
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	470	100	120	150	100
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	6.840	1.610	1.710	1.710	1.810
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA	6.840	1.610	1.710	1.710	1.810
228 - PARQUES RECREATIVOS E DESPORTIVOS	73.240	27.840	22.700	22.700	
DESPESAS DE CAPITAL	73.240	27.840	22.700	22.700	
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	73.240	27.840	22.700	22.700	
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
247 - DIFUSÃO CULTURAL	17.780	4.330	4.430	4.690	4.330
DESPESAS DE CAPITAL	630	200	150	180	100
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	630	200	150	180	100
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	17.150	4.130	4.280	4.510	4.230
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA	17.150	4.130	4.280	4.510	4.230
221 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	1.900	500	450	550	400
DESPESAS DE CAPITAL	1.900	500	450	550	400
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	1.900	500	450	550	400
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
225 - CRECHE	16.000	3.100	5.100	5.550	2.250
DESPESAS DE CAPITAL	9.700	3.100	3.300	3.300	
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	9.700	3.100	3.300	3.300	
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	6.300		1.800	2.250	2.250
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	6.300		1.800	2.250	2.250
DE DURAÇÃO CONTINUADA					

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

05000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DEPORTO

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
188 - ENSINO REGULAR	956.408	231.320	240.717	246.576	237.795
DESPESAS DE CAPITAL	97.560	32.500	31.010	25.900	8.150
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	97.560	32.500	31.010	25.900	8.150
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	858.848	198.820	209.707	220.676	229.645
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	23.640	1.500	4.320	7.380	10.440
DE DURAÇÃO CONTINUADA	835.208	197.320	205.387	213.296	219.205
190 - EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	45.618	11.320	11.433	11.430	11.435
DESPESAS DE CAPITAL	780	200	250	180	150
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	780	200	250	180	150
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	44.838	11.120	11.183	11.250	11.285
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA	44.838	11.120	11.183	11.250	11.285
236 - LIVRO DIDÁTICO	277.000	71.000	66.800	72.200	67.000
DESPESAS DE CAPITAL	9.900	5.100		4.800	
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	9.900	5.100		4.800	
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	267.100	65.900	66.800	67.400	67.000
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA	267.100	65.900	66.800	67.400	67.000
252 - EDUCAÇÃO COMPENSATÓRIA	29.630	7.330	7.430	7.510	7.360
DESPESAS DE CAPITAL	820	200	220	250	150
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	820	200	220	250	150
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	28.810	7.130	7.210	7.260	7.210
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA	28.810	7.130	7.210	7.260	7.210
TOTAL DO ÓRGÃO	1.424.886	358.450	360.890	373.066	332.480
DESPESAS DE CAPITAL	195.000	69.740	58.200	58.010	9.050
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	195.000	69.740	58.200	58.010	9.050
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	1.229.886	288.710	302.690	315.056	323.430
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	29.940	1.500	6.120	9.630	12.690
DE DURAÇÃO CONTINUADA	1.199.946	287.210	296.570	305.426	310.740

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

06000 - SECRETARIA DE SAÚDE

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
025 - EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	1.650	950	200	250	250
DESPESAS DE CAPITAL	950	950			
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	950	950			
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	700		200	250	250
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	700		200	250	250
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
428 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E SANITÁRIA	454.010	110.175	111.110	116.445	116.280
DESPESAS DE CAPITAL	25.100	6.275	6.075	6.825	5.925
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	25.100	6.275	6.075	6.825	5.925
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	428.910	103.900	105.035	109.620	110.355
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	2.160		360	720	1.080
DE DURAÇÃO CONTINUADA	426.750	103.900	104.675	108.900	109.275
429 - CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS	2.368	1.750	200	208	210
DESPESAS DE CAPITAL	1.750	1.750			
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	1.750	1.750			
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	618		200	208	210
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	618		200	208	210
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
447 - ABASTECIMENTO D'ÁGUA	17.360	2.000	2.060	2.120	11.180
DESPESAS DE CAPITAL	17.000	2.000	2.000	2.000	11.000
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	17.000	2.000	2.000	2.000	11.000
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	360		60	120	180
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	360		60	120	180
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
448 - SANEAMENTO GERAL	12.430	4.140	3.312	2.908	2.070
DESPESAS DE CAPITAL	12.430	4.140	3.312	2.908	2.070
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	12.430	4.140	3.312	2.908	2.070
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

06000 - SECRETARIA DE SAÚDE

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
TOTAL DO ÓRGÃO	487.818	119.015	116.882	121.931	129.990
DESPESAS DE CAPITAL	57.230	15.115	11.387	11.733	18.995
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	57.230	15.115	11.387	11.733	18.995
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	430.588	103.900	105.495	110.198	110.995
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	3.838		820	1.298	1.720
DE DURAÇÃO CONTINUADA	426.750	103.900	104.675	108.900	109.275
06 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE	18.552	8.525	8.041	8.000	8.000
DESPESAS DE CAPITAL	18.552	8.525	8.041	8.000	8.000
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	18.552	8.525	8.041	8.000	8.000
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	1.500	200	200	200	200
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.500	200	200	200	200
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
06 - ASSISTÊNCIA À SAÚDE	11.700	5.200	5.000	5.000	5.000
DESPESAS DE CAPITAL	11.700	5.200	5.000	5.000	5.000
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	11.700	5.200	5.000	5.000	5.000
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	125	100	100	100	100
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	125	100	100	100	100
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
06 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	1.300	1.300	1.300	1.300	1.300
DESPESAS DE CAPITAL	1.300	500	500	500	500
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	1.300	500	500	500	500
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	1.500	1.800	1.800	1.800	1.800
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.500	1.800	1.800	1.800	1.800
DE DURAÇÃO CONTINUADA					

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

07000 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
185 - CRECHE	5.510	1.260	1.340	1.420	1.490
DESPESAS DE CAPITAL					
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)					
AMORTIZAÇÕES					
DESPESAS CORRENTES	5.510	1.260	1.340	1.420	1.490
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA	5.510	1.260	1.340	1.420	1.490
316 - HABITAÇÕES URBANAS	42.144	10.536	10.536	10.536	10.536
DESPESAS DE CAPITAL	2.400	600	600	600	600
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	2.400	600	600	600	600
AMORTIZAÇÕES					
DESPESAS CORRENTES	39.744	9.936	9.936	9.936	9.936
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	39.744	9.936	9.936	9.936	9.936
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
483 - ASSISTÊNCIA AO MENOR	18.152	8.523	8.584	522	522
DESPESAS DE CAPITAL	16.647	8.323	8.323		
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	16.647	8.323	8.323		
AMORTIZAÇÕES					
DESPESAS CORRENTES	1.505	200	261	522	522
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.505	200	261	522	522
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
485 - ASSISTÊNCIA À VELHICE	13.950	5.250	5.400	2.925	375
DESPESAS DE CAPITAL	13.125	5.250	5.250	2.625	
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	13.125	5.250	5.250	2.625	
AMORTIZAÇÕES					
DESPESAS CORRENTES	825		150	300	375
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	825		150	300	375
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
486 - ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	9.500	2.300	2.350	2.400	2.450
DESPESAS DE CAPITAL	2.000	500	500	500	500
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	2.000	500	500	500	500
AMORTIZAÇÕES					
DESPESAS CORRENTES	7.500	1.800	1.850	1.900	1.950
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	7.500	1.800	1.850	1.900	1.950
DE DURAÇÃO CONTINUADA					

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

07000 - SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
487 - ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	99.680	23.780	24.800	25.700	25.400
DESPESAS DE CAPITAL	2.200	600	500	700	400
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	2.200	600	500	700	400
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	97.480	23.180	24.300	25.000	25.000
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA	97.480	23.180	24.300	25.000	25.000
483 - ASSISTÊNCIA AO MENOR	3.252	813	813	813	813
DESPESAS DE CAPITAL	400	100	100	100	100
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	400	100	100	100	100
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	2.852	713	713	713	713
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA	2.852	713	713	713	713
TOTAL DO ÓRGÃO	192.188	52.462	53.823	44.316	41.586
DESPESAS DE CAPITAL	36.772	15.373	15.273	4.525	1.600
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	36.772	15.373	15.273	4.525	1.600
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	155.416	37.089	38.550	39.791	39.986
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	49.574	11.936	12.197	12.658	12.783
DE DURAÇÃO CONTINUADA	105.842	25.153	26.353	27.133	27.203

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

08000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	122.340	29.730	30.380	30.800	31.430
DESPESAS DE CAPITAL	2.220	600	650	470	500
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	2.220	600	650	470	500
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	120.120	29.130	29.730	30.330	30.930
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA	120.120	29.130	29.730	30.330	30.930
096 - SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS	14.550	5.400	4.770	3.340	1.040
DESPESAS DE CAPITAL	13.200	5.400	4.500	2.800	500
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	13.200	5.400	4.500	2.800	500
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	1.350		270	540	540
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	1.350		270	540	540
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
111 - EXTENSÃO RURAL	900	900			
DESPESAS DE CAPITAL					
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)					
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	900	900			
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	900	900			
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
325 - LIMPEZA PÚBLICA	161.020	37.870	39.770	41.690	41.690
DESPESAS DE CAPITAL	2.400	500	600	650	650
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	2.400	500	600	650	650
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	158.620	37.370	39.170	41.040	41.040
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA	158.620	37.370	39.170	41.040	41.040
326 - SERVIÇOS FUNERÁRIOS	1.192	800	260	66	66
DESPESAS DE CAPITAL	1.000	800	200		
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	1.000	800	200		
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	192		60	66	66
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	192		60	66	66
DE DURAÇÃO CONTINUADA					

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

08000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
327 - ILUMINAÇÃO PÚBLICA	11.592	2.898	2.898	2.898	2.898
DESPESAS DE CAPITAL	11.592	2.898	2.898	2.898	2.898
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	11.592	2.898	2.898	2.898	2.898
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
328 - PARQUES E JARDINS	8.300	3.000	2.500	1.800	1.000
DESPESAS DE CAPITAL	8.300	3.000	2.500	1.800	1.000
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	8.300	3.000	2.500	1.800	1.000
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
447 - ABASTECIMENTO D'ÁGUA	29.900	6.900	7.340	7.780	7.880
DESPESAS DE CAPITAL	2.300	500	600	700	500
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	2.300	500	600	700	500
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	27.600	6.400	6.740	7.080	7.380
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	27.600	6.400	6.740	7.080	7.380
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
448 - SANEAMENTO GERAL	117.360	29.340	29.340	29.340	29.340
DESPESAS DE CAPITAL	117.360	29.340	29.340	29.340	29.340
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	117.360	29.340	29.340	29.340	29.340
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
534 - ESTRADAS VICINAIS	9.900	2.240	2.340	2.660	2.660
DESPESAS DE CAPITAL	2.100	500	400	600	600
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	2.100	500	400	600	600
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	7.800	1.740	1.940	2.060	2.060
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	7.800	1.740	1.940	2.060	2.060
DE DURAÇÃO CONTINUADA					

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

08000 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
537 - CONSTRUÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS	45.600	15.600	15.000	15.000	
DESPESAS DE CAPITAL	45.600	15.600	15.000	15.000	
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	45.600	15.600	15.000	15.000	
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
575 - VIAS URBANAS	107.085	26.325	26.370	27.120	27.270
DESPESAS DE CAPITAL	94.680	22.920	23.520	24.120	24.120
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	94.680	22.920	23.520	24.120	24.120
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	12.405	3.405	2.850	3.000	3.150
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA	12.405	3.405	2.850	3.000	3.150
TOTAL DO ÓRGÃO	629.739	161.003	160.968	162.494	145.274
DESPESAS DE CAPITAL	300.752	82.058	80.208	78.378	60.108
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	300.752	82.058	80.208	78.378	60.108
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	328.987	78.945	80.760	84.116	85.166
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	2.442	900	330	606	606
DE DURAÇÃO CONTINUADA	326.545	78.045	80.430	83.510	84.560

M

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

DESPESA POR SUBPROGRAMA À CONTA DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

09000 - SECRETARIA DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Em CR\$ 1.000,00

SUBPROGRAMA	Total	DESPESA			
		1994	1995	1996	1997
021 - ADMINISTRAÇÃO GERAL	2.000	500	500	500	500
DESPESAS DE CAPITAL	2.000	500	500	500	500
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	2.000	500	500	500	500
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
346 - PROMOÇÃO INDUSTRIAL	61.272	15.318	15.318	15.318	15.318
DESPESAS DE CAPITAL	61.272	15.318	15.318	15.318	15.318
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	61.272	15.318	15.318	15.318	15.318
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES					
DECORRENTES DAS DE CAPITAL					
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
354 - PROMOÇÃO INTERNA DO COMÉRCIO	148.864	37.216	37.216	37.216	37.216
DESPESAS DE CAPITAL	99.360	24.840	24.840	24.840	24.840
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	99.360	24.840	24.840	24.840	24.840
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	49.504	12.376	12.376	12.376	12.376
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	49.504	12.376	12.376	12.376	12.376
DE DURAÇÃO CONTINUADA					
TOTAL DO ÓRGÃO	212.136	53.034	53.034	53.034	53.034
DESPESAS DE CAPITAL	162.632	40.658	40.658	40.658	40.658
DESPESAS DE CAPITAL(EXCETO AMORTIZAÇÕES)	162.632	40.658	40.658	40.658	40.658
AMORTIZAÇÕES					
DEPESAS CORRENTES	49.504	12.376	12.376	12.376	12.376
DECORRENTES DAS DE CAPITAL	49.504	12.376	12.376	12.376	12.376
DE DURAÇÃO CONTINUADA					

Handwritten signature

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

TABELA G1
EVOLUÇÃO DA RECEITA 1988/1992

CR\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	1 9 9 8 (A)		1 9 8 9 (B)		1 9 9 0 (C)		1 9 9 1 (D)		1 9 9 2 (E)		
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	B/A	ABSOLUTO	C/A	ABSOLUTO	D/A	ABSOLUTO	E/A	%
RECEITAS CORRENTES	31.168	100,0	104.593	3,36	51.391	1,65	55.321	1,77	59.328	1,90	96,6
TRIBUTÁRIAS	1.652	5,3	4.291	2,60	1.833	1,11	1.722	1,04	1.298	0,79	2,1
PATRIMONIAIS	1.476	4,7	14.358	9,73	1.586	1,07	60	0,04	703	0,48	1,1
TRANSFERÊNCIAS	27.776	89,1	84.995	3,06	47.600	1,71	52.951	1,91	56.736	2,04	92,4
OUTRAS	264	0,9	949	3,59	372	1,41	588	2,23	591	2,24	1,0
RECEITAS DE CAPITAL			2.181		3.533	1,62	1.266	0,58	2.083	0,96	3,4
TOTAL	31.168	100,00	106.774	3,43	54.925	1,76	56.587	1,82	61.411	1,97	100,0

FONTE : Balanços Municipais
1988 = 100 Preços constantes de 1992 - IGP-M

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ
TABELA 02
EVOLUÇÃO DA DESPESA 1988/1992

CR\$ 1.000,00

ESPECIFICAÇÃO	1 9 9 8 (A)		1 9 8 9 (B)		1 9 9 0 (C)		1 9 9 1 (D)		1 9 9 2 (E)		
	ABSOLUTO	%	ABSOLUTO	B/A	ABSOLUTO	C/A	ABSOLUTO	D/A	ABSOLUTO	E/A	%
DESPESAS CORRENTES	27.445	99,0	91.275	3,33	38.364	1,40	53.708	1,96	67.325	2,45	97,2
DESPESAS DE CAPITAL	271	1,0	16.645	61,79	16.723	61,71	10.264	37,87	1.930	7,12	2,8
TOTAL	27.716	100,00	108.020	3,90	55.086	1,99	63.972	2,30	69.255	2,50	100,0

91
FONTE : Balanços Municipais
1988 = 100 Preços constantes de 1992 - IGP-M

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ

TABELA 03
COMPORTAMENTO FINANCEIRO

CR\$ 1.000,00

A N O S	RECEITA (A)	DESPEZA (B)	SALDO (B-A)
1 9 8 8	31.168	27.716	3.452
1 9 8 9	106.774	108.020	(1.246)
1 9 9 0	54.925	55.086	(162)
1 9 9 1	56.587	63.972	(7.385)
1 9 9 2	61.411	69.255	(7.844)

FONTE : Balanços Municipais
1988 = 100 Preços constantes de 1992 - IGP-M

PAÇO QUATRO DE JULHO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACANAÚ, em 06 de dezembro de 1993.

Antonio Correia Viana Filho
ANTÔNIO CORREIA VIANA FILHO
PREFEITO MUNICIPAL